



10 DE JUNHO DE 2011

Sexta - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **CENTRAIS PREPARAM "GUERRA DE PROPAGANDA" POR AUMENTO REAL**
- **ITAÚ LIDERA RANKING DAS MAIS VALIOSAS DO PAÍS**
- **OURO VERDE REVITALIZA LOGOMARCA**
- **FAMÍLIAS ESTÃO MENOS OTIMISTAS**
- **WTC CURITIBA É LANÇADO OFICIALMENTE**
- **"PRIMÁRIO BRASILEIRO É INDUSTRIALIZADO", DIZ ECONOMISTA**
- **CARRO ECONÔMICO E MENOS POLUENTE TERÁ IPI REDUZIDO**
- **PORTO INVESTE R\$ 2,8 MILHÕES EM REFORMA GERAL DE INSTALAÇÕES E ARMAZÉNS**
- **FORD PLANEJA TRIPLICAR PRODUÇÃO DE CARROS ELÉTRICOS ATÉ 2013**
- **CHUVA ADIA ASSEMBLÉIA DE TRABALHADORES DA VOLKSWAGEN**
- **ETANOL ATINGE 63,2% DO PREÇO DA GASOLINA NO 1º SEMANA JULHO**
- **ARBITRAGEM TRAZ SEGURANÇA E EFICIÊNCIA AO AMBIENTE EMPRESARIAL**
- **FOLGA EM OUTRO DIA DESOBRIGA EMPRESA DE PAGAR DOMINGO EM DOBRO**
- **VOLVO VAI AMPLIAR ÁREA DE PINTURA EM CURITIBA**
- **CRESCE APELO DE TÍTULOS PREFIXADOS**
- **NEGATIVA DE PLANO GERA DANO MORAL**
- **UAW NEGOCIARÁ MAIOR PARTICIPAÇÃO EM RESULTADOS**
- **FIAT 500 MEXICANO TERÁ MOTOR BRASILEIRO**

- **MEI - MEI CHEGA A JUNHO COM ADESÃO DE CERCA DE 1,2 MILHÃO DE PROFISSIONAIS**
- **ICMS - PR - TERMO DE ENCERRAMENTO DE AUDITORIA OU VERIFICAÇÃO FISCAL SERÃO LAVRADOS ELETRONICAMENTE**
- **CARTÃO DE CRÉDITO - CLIENTES ANTIGOS PODEM NEGOCIAR PARA OBTER BENEFÍCIOS DAS NOVAS REGRAS**
- **TERMINA A GREVE MAIS LONGA DA HISTÓRIA DA VOLKS**

Câmbio Em 10/06/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,585	1,587
Euro	2,292	2,295

Fonte: BACEN

Centrais preparam “guerra de propaganda” por aumento real

10/06/2011- Gazeta do Povo

As principais centrais sindicais do país decidiram se aliar e lançar uma campanha para manter em 2011 os ganhos obtidos nas negociações de 2010 – os maiores dos últimos anos. As organizações estão preocupadas em combater o discurso da área econômica do governo de que os aumentos reais de salários podem contribuir para elevar a inflação no segundo semestre. Na próxima segunda-feira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) anunciam uma série de mobilizações em todo o país para incentivar os trabalhadores a lutar por melhores salários.

A primeira grande ação será realizada no dia 6 de julho, escolhido como o Dia Nacional de Mobilização, quando as centrais pretendem ir a Brasília para se manifestar a favor da luta por reajustes salariais. “Não vamos aceitar esse argumento de que salário gera inflação”, afirmou o secretário-geral da CUT, Quintino Severo.

Para o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juruna, a recente desaceleração dos índices de inflação dá força aos argumentos dos trabalhadores. “O que parece é que a história de que a inflação iria estourar a meta era mais discurso que realidade”, afirmou, referindo-se ao teto de 6,5% da meta oficial para a inflação, que é de 4,5%, mas aceita uma margem de dois pontos percentuais para baixo ou para cima. “O governo adotou medidas para conter a inflação e não há razão para segurar os aumentos reais”, disse.

O presidente da UGT, Ricardo Patah, disse que as mobilizações serão uma resposta ao discurso da área econômica do governo. “A campanha salarial do segundo semestre será muito importante para mobilizar as categorias e acabar com essa equação retrógrada de que o ganho real vai prejudicar a sociedade. Isso é coisa de quem não tem percepção política e social”, afirmou. “Ao mesmo tempo, a área econômica do governo usa argumentos errôneos para manter uma política de juros totalmente indevida”, acrescentou.

Jornada

Outra campanha que as centrais pretendem retomar é a aprovação, no Congresso Nacional, da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Integrantes das entidades pretendem passar o restante do mês de junho e o início de julho, até o recesso parlamentar, em conversas com deputados e senadores para tentar incluir o projeto que reduz a jornada na pauta de votações do Congresso no segundo semestre.

A intenção das centrais é realizar mobilizações nas capitais e principais municípios da Região Centro-Oeste em 6 de julho. No dia 14, será a vez da Região Norte; no dia 21, o Nordeste; no dia 28, o Sul; e, no dia 3 de agosto, o Sudeste. “No início de agosto, voltaremos ao Congresso Nacional para cobrar nossa pauta de reivindicações apresentada ao governo em março, que inclui o fim do fator previdenciário, a regulamentação das terceirizações, a atualização dos índices de produtividade do campo e a reforma agrária, entre outras”, disse Severo, da CUT.

Itaú lidera ranking das mais valiosas do país

10/06/2011- Gazeta do Povo

A marca Itaú é a mais valiosa do Brasil em 2011, estimada em R\$ 24,296 bilhões, segundo ranking elaborado pela consultoria para estratégia e identidade de marcas Interbrand. Esse valor superou em 18% a avaliação realizada pela empresa no ano passado. O Bradesco ficou na segunda colocação, com uma marca calculada em R\$ 13,633 bilhões e uma valorização de 10% em relação ao ano passado.

A Petrobras ficou na terceira posição do ranking, com a marca avaliada em R\$ 11,608 bilhões, montante 7% acima da medição do ano passado. Em seguida aparecem o Banco do Brasil e a Skol, com valores de marca, respectivamente, de R\$ 11,309 bilhões (+8%) e R\$ 7,277 bilhões (+10%).

Segundo o diretor-geral da Interbrand no Brasil, Alejandro Pinedo, essa foi a primeira vez em que as cinco primeiras marcas colocadas no ranking são as mesmas do ano anterior. Itaú, Bradesco, Petrobras, Banco do Brasil e Skol representaram quase 75% do valor total das 25 maiores marcas, que de forma conjunta estão avaliadas em R\$ 92 bilhões.

“Essa concentração é um sinal de maturidade destas marcas e dos gestores responsáveis por elas. Sempre fomos um país com muitas empresas valiosas, mas poucas marcas valiosas. Aos poucos, este cenário vem mudando e as marcas brasileiras começam a atingir valores expressivos. Ainda assim lhes faltam consistência, visibilidade, reconhecimento e presença internacional para que possam figurar entre as marcas globais mais importantes”, afirmou.

Pinedo destacou que a valorização das marcas, sobretudo dos bancos, que lideram o ranking, reflete o desempenho econômico acima da média do Brasil em relação a outros países durante a crise financeira internacional. O diretor executivo de marketing do Itaú Unibanco, Fernando Chacon, ressaltou em nota que, em comparação com 2008, quando ocorreu a fusão com o Unibanco e a marca Itaú estava avaliada em R\$ 10,552 bilhões, houve uma valorização neste período de 130% da marca.

“O Itaú Unibanco está atento às mudanças do mundo e ao impacto delas sobre seus negócios. Entendemos o banco como um agente transformador e essas mudanças apontam de forma contundente para a necessidade de diferenciação. Mas não a diferenciação pura e simples, e sim uma diferenciação que entregue relevância com otimismo e objetividade”, disse Chacon.

Na sequência do ranking de valor das marcas estão Natura (R\$ 5,666 bilhões), Brahma (R\$ 4,351 bilhões), Vale (R\$ 2,656 bilhões), Antarctica (R\$ 2,013 bilhões), Vivo (R\$ 1,7 bilhão), Lojas Renner (R\$ 835 milhões), Lojas Americanas (R\$ 703 milhões), Embratel (R\$ 619 milhões), Cielo (R\$ 604 milhões), Cyrela (R\$ 587 milhões), Caixa (R\$ 563 milhões), Oi (R\$ 514 milhões), Banrisul (R\$ 501 milhões), Extra (R\$ 496 milhões), Casas Bahia (R\$ 447 milhões), Braskem (R\$ 422 milhões), Pão de Açúcar (R\$ 389 milhões), NET (R\$ 323 milhões), Ponto Frio (R\$ 232 milhões) e Hering (R\$ 209 milhões).

Em termos de valorização da marca neste ano, em relação a 2010, os maiores crescimentos percentuais foram da Hering (+45%), Natura (+22%), Banrisul (+22%) e Brahma (+21%). Já as marcas Cielo, Caixa, Extra, Casas Bahia, Pão de

Açúcar e Ponto Frio estrearam no ranking, enquanto a Vale retornou ao levantamento.

Para chegar aos resultados, a Interbrand avalia o desempenho financeiro das empresas, medindo a capacidade de captura da preferência dos consumidores e a probabilidade de geração de receitas futuras. Os critérios para o ingresso no levantamento são: ser originária do Brasil, estar listada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ou publicar informações contábeis e financeiras, gerar lucro intangível, informar a receita individual das marcas e ser amplamente reconhecida nos seus principais mercados.

Ouro Verde revitaliza logomarca

10/06/2011- Gazeta do Povo

Como parte do projeto de reestruturação estratégica, o Grupo Ouro Verde, especializado em soluções logísticas, revitalizou sua marca. Com ela, a empresa quer alcançar novos mercados e consolidar a participação no cenário nacional de logística e infraestrutura. Segundo o diretor superintendente, Karlis Kruklis, a ideia é "reforçar o foco em soluções inovadoras aliadas às boas práticas de governança corporativa". A nova marca mantém as cores utilizadas na versão anterior – verde, amarelo e branco – com formas mais modernas e estilizadas, que facilitam a leitura e permitem o reconhecimento da empresa de maneira mais clara. A marca manteve também um camelo como símbolo da empresa – porque ele é percebido como animal de força, resistência, capaz de suportar adversidades e ainda assim alcançar os topos dos montes.

Famílias estão menos otimistas

10/06/2011- Gazeta do Povo

A expectativa das famílias brasileiras em relação à economia brasileira recuou 6,4% de janeiro a maio deste ano, informou ontem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Índice de Expectativas das Famílias (IEF) apurado pelo instituto em maio foi de 62,9 pontos, valor inferior aos 63,8 pontos de abril – em janeiro, o IEF era de 67,2. No entanto, o índice mantém a expectativa das famílias brasileiras no nível de otimismo, que vai de 60 a 80 pontos.

O presidente do Ipea, Marcio Pochmann, destacou que 56,2% das famílias estão otimistas em relação à melhora das situação econômica do Brasil nos próximos 12 meses. Entretanto, a proporção de famílias que prevê piora no quadro econômico aumentou cerca de 90% em relação a janeiro, alcançando 33,4% das 3,8 mil famílias pesquisadas em 214 municípios.

A pesquisa também destacou a queda de 13% na percepção sobre o momento atual para comprar bens de consumo duráveis nos cinco primeiros meses do ano. Em janeiro, 58,2% das famílias via o presente como bom momento para compras. Em maio, essa proporção foi de 50,3%. Nesse quesito, as famílias da Região Sul aparecem como as menos otimistas do país: apenas 35,1% consideram o momento atual bom para a compra de bens duráveis.

Calote

Em relação ao endividamento, houve aumento do porcentual de famílias sem dívidas, que atingiu 51,6% em maio. Entre os endividados, porém, aumentou muito

a proporção das famílias que responderam que não terão condições de pagar: subiu de 32,2%, em janeiro, para 41,3% em maio, o maior patamar da série, iniciada em agosto de 2010.

“Do ponto de vista do crédito, há espaço para políticas públicas de maior acesso ao crédito. Por outro lado, há uma elevação dos que têm dificuldades para pagar as dívidas. Isso indica que haverá uma acomodação e as instituições financeiras deverão reavaliar a concessão de crédito”, avaliou Pochmann em entrevista coletiva.

Para o presidente do Ipea, os dados da pesquisa confirmam a tendência de desaceleração do consumo, reflexo das medidas macroprudenciais do governo. Por outro lado, destacou que a pesquisa do Ipea ainda mostra otimismo das famílias no longo prazo e no mercado de trabalho, tendo em vista que 76,4% dos responsáveis pelos domicílios declararam-se seguros em relação à manutenção do atual emprego.

Dirigente lojista recomenda rigor na concessão de crédito

O crescimento de 8,21% na inadimplência nas vendas a prazo no varejo em maio, na comparação com o mesmo mês de 2010, levou a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) a reforçar o alerta para as empresas restringirem o crédito aos consumidores.

“É preocupante, porque já são quatro meses de aumento na inadimplência. A única coisa pior que não vender é vender e não receber”, afirmou o presidente da CNDL, Roque Pellizzaro. No ano, o número de registros junto ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) acumula alta de 3,61% .

“A inadimplência continua com viés de alta e a luz amarela, que já estava acesa, passou a ser laranja. Vamos retomar comunicado para as empresas associadas serem mais criteriosas na concessão de crédito”, disse Pellizzaro. “Não é negar crédito, mas limitar endividamento à capacidade de pagamento”, acrescentou.

De acordo com o dirigente, a entrada de milhões de consumidores no mercado de vendas a prazo nos últimos anos também exige maior esforço na educação financeira desses novos clientes. “A grande questão é dosar a velocidade com que essa população toma crédito”, completou.

WTC Curitiba é lançado oficialmente

10/06/2011- Gazeta do Povo

O clube de negócios World Trade Center (WTC) realizou ontem sua primeira reunião em Curitiba, para debater com o empresariado local a implantação de uma sede na capital paranaense. Durante o encontro, mais de 50 representantes de grupos empresariais e autoridades do setor público assistiram à apresentação do WTC, que se distribui em uma rede de 101 países, com mil associados no Brasil. A chegada do clube a Curitiba foi oficializada nessa reunião, e nos próximos meses os membros do conselho administrativo do grupo devem ser apresentados.

O gerente-executivo do WTC São Paulo, Diego Pettinazzi, ressaltou os ganhos para a cidade quando o clube de negócios se instala nela. “A região é colocada na rota dos negócios internacionais e os empresários ficam ligados com o mundo. Além disso, há estudos que mostram que, quando a marca WTC chega a uma região, ela se valoriza em 30%”, salienta.

Durante a reunião de ontem não foi definido ainda um local para o empreendimento, mas a Gazeta do Povo adiantou na edição de quarta-feira que a sede do WTC

Curitiba pode ficar ao lado do Centro de Inovação, Educação, Tecnologia e Empreendedorismo do Paraná (Cietep), da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), na Avenida das Torres; ou próxima ao ParkShoppingBarigüi, no Mossunguê.

O que já é dado como certo é que Curitiba tem potencial para a construção de um empreendimento com 100 mil metros quadrados, como afirmou o presidente do WTC Belo Horizonte, Leonardo Figueiró.

“Temos um plano de expansão para chegar a 20 sedes no Brasil até 2015 e Curitiba é uma das cidades com maior potencial para o empreendimento. O que pode ser implantado na cidade é parecido com o que temos em São Paulo: uma arena multiuso com uma torre comercial de 25 andares, um hotel e um centro de convenções. A nossa ideia é que parte do empreendimento esteja concluída antes da Copa do Mundo, por volta de abril de 2014”, revela Figueiró. O clube de negócios já está instalado na capital paulista, em Belo Horizonte e em São José dos Campos (SP).

A reunião contou com a presença do presidente do WTC Business Club Brasil, Bruno Bomeny; do membro do Conselho Consultivo do WTC São Paulo, Ozires Silva; além do presidente do WTC Curitiba, Luiz Alberto Lenz César. Estiveram presentes ainda o secretário de Estado de Turismo, Faisal Saleh; o presidente da Fiep, Rodrigo da Rocha Loures; e o vice-presidente do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom) Mariano Lemanski.

“Primário brasileiro é industrializado”, diz economista

10/06/2011- Gazeta do Povo

O risco de desindustrialização diante da invasão de produtos chineses é atenuado no Brasil devido ao novo perfil da exportação brasileira de commodities. Para o economista Antonio Barros de Castro, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o pré-sal e o etanol são exemplos de produtos primários com cadeias produtivas de alto potencial industrial. “Antes tínhamos o café, que não agregava nada. Mas o que é o [setor] primário brasileiro hoje? O pré-sal, que já é um catalisador de investimentos e terá grande participação na economia a partir de 2015, e o campo, que é altamente industrializado”, disse, citando o etanol.

A relação entre o Brasil e a China foi discutida ontem num painel da Expogestão, em Joinville. Além de Castro, participaram da mesa Luiz Augusto Castro Neves, ex-embaixador do Brasil na China (2004-2008), e o executivo Roberto Milani, diretor-fundador do Conselho Empresarial Brasil-China. O encontro foi mediado pela jornalista Míriam Leitão.

Os integrantes do painel foram unânimes em afirmar que, sim, o Brasil corre o risco de se desindustrializar diante da concorrência chinesa, mas que esse é um fenômeno menos assustador do que querem fazer parecer os industriais. “Algumas indústrias vão morrer, mas outras vão nascer”, afirmou o diplomata brasileiro. “O que os empresários brasileiros precisam ver são as janelas de oportunidades, que são muitas.”

Os debatedores também discutiram os fatores da suposta concorrência desleal dos chineses, especialmente o câmbio manipulado, mão de obra em regime de quase escravidão e a reserva gigantesca de trabalhadores. Para o ex-embaixador, é uma lenda a ideia de que os salários na China são muito menores do que no Brasil. “O problema é que aqui temos um salário ruim combinado com uma mão de obra cara.

É o único país do mundo que conseguiu essa combinação esdrúxula. A diferença é que a lei trabalhista chinesa foi pensada para gerar empregos, e não privilégios”, afirmou.

O economista Antonio Barros de Castro também disse que o Brasil precisa encontrar o seu próprio modelo para ganhar competitividade, como fez o país asiático. A China, segundo ele, criou um sistema que combina alta tecnologia com processos primários.

“Criou-se um sistema com processos muito simplórios ao mesmo tempo em que se usam as máquinas de última geração, invejadas por qualquer indústria brasileira. É uma mescla de enorme originalidade visando o preço mais barato. Ou seja, não é só uma questão de mão de obra mais barata”, afirmou.

Carro econômico e menos poluente terá IPI reduzido

10/06/2011- Gazeta do Povo

O **governo** quer acabar com o **automóvel** que gasta muito combustível e vai reduzir o **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)** de **veículos** menos **poluentes**. Ao contrário dos incentivos dados às montadoras na crise financeira internacional, a nova política será permanente. Em contrapartida as empresas terão de investir mais em tecnologia para desenvolver motores mais eficientes e que emitam uma menor quantidade de gases nocivos para o meio ambiente, como o CO2. A nova política deve fazer com que a demanda por etanol e gasolina seja menor.

A redução do uso de combustíveis é um objetivo que o governo tem neste momento em que elabora uma série de medidas para evitar a oscilação drástica dos preços do etanol. Essa volatilidade é consequência da oferta e da demanda do produto, de acordo com os períodos de safra e entressafra da cana-de-açúcar.

Quando os canaviais estão produtivos, o preço do etanol cai nas bombas e, no intervalo entre o fim da produção e o início de uma nova plantação, dispara. A discussão passa por três eixos: emissão-eficiência, tecnologia e competitividade. A necessidade de redução de poluentes é um consenso no governo, mas para técnicos do Ministério da Agricultura essa diminuição tem de vir acompanhada de uma maior eficiência dos motores em relação à queima de combustíveis.

'Gastão'

A avaliação é a de que o automóvel brasileiro é “gastão” e a indústria nacional tem condições de tornar o consumo energético menor. A dificuldade em aperfeiçoar os veículos estaria na pressão exercida pelas montadoras, grandes empregadoras e pagadoras de impostos. Os estudos do governo consideram como ideal o modelo europeu, onde carros com motores mais potentes são menos poluentes que no Brasil.

A redução definitiva de IPI com foco ambiental chegou a ser discutida no passado com as montadoras, depois que o Ministério da Fazenda retirou os incentivos fiscais que as empresas receberam durante a crise internacional. Os carros movidos a álcool, bicomcombustíveis (flex) e com motores de baixa cilindrada foram os que tiveram a maior redução do imposto justamente por serem menos poluentes.

A intenção foi abandonada na época porque a equipe econômica decidiu trabalhar com uma meta mais elevada de superávit primário das contas do setor público em 2010. No entanto, as linhas gerais da nova política foram traçadas no governo Lula,

coordenada pelos técnicos do Ministério da Fazenda que permanecem na atual gestão.

Agora, com o caixa mais reforçado e com uma nova política industrial em gestação - com foco na inovação -, o governo quer pôr a ideia em prática. O objetivo é transformar o Brasil numa plataforma de produção de tecnologia limpa e uma referência em termos de combinação de economia com preservação do meio ambiente.

Porto investe R\$ 2,8 milhões em reforma geral de instalações e armazéns

10/06/2011- Gazeta do Povo

A **Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa)** vai investir cerca de **R\$ 2,8 milhões** em um conjunto de obras e intervenções para reformar armazéns e instalações que estavam deterioradas. A previsão é de que as obras levem pelo menos seis meses.

A reforma vai garantir que os produtos armazenados no terminal não estejam sujeitos à umidade e outros problemas que possam afetar a sua qualidade ou gerar perdas. Entre as obras previstas estão a recuperação das células do silo de 100 mil toneladas e a reforma das coberturas e pinturas de sete armazéns do porto, que são arrendados. Outros quatro armazéns do corredor de exportação também vão receber novas pinturas.

As intervenções devem atingir ainda sanitários, subestações de energia, escritórios e instalações de pequeno porte. A reforma também inclui a pintura do muro e do alambrado de fechamento da área portuária. Segundo a Appa, os arrendatários dos demais armazéns serão orientados e terão um prazo para refazer a pintura das instalações no padrão adotado pela entidade.

Ford planeja triplicar produção de carros elétricos até 2013

10/06/2011- Gazeta do Povo

A **Ford** planeja triplicar sua produção de veículos elétricos, incluindo híbridos, para uma taxa anual de 100 mil veículos até 2013, informou a montadora norte-americana nesta quinta-feira.

A companhia planeja criar 220 postos de trabalho em sua linha de montagem no estado de **Michigan**, para montar novos veículos, incluindo automóveis elétricos que planeja chamar de **C-Max**.

Em um evento para anunciar a novidade, Jim Farley, chefe global de marketing e vendas da companhia, disse estar "encorajado" pelo desempenho das vendas da Ford nos EUA em junho, que tiveram uma melhora desde maio.

Chuva adia assembléia de trabalhadores da Volkswagen

10/06/2011- O Estado do Paraná

As chuvas que caíram em toda a região metropolitana de Curitiba hoje fizeram com que o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) adiasse a assembleia que seria realizada na tarde desta quinta-feira (9), com o objetivo de analisar o possível

encerramento da greve na unidade da Volkswagen em São José dos Pinhais. A paralisação decorrente de não acordo sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) completou 36 dias.

No entanto, diretores do sindicato e da empresa estiveram reunidos na tentativa de encontrar uma solução. O sindicato pede R\$ 12 mil como PLR, dos quais R\$ 6 mil a serem pagos imediatamente. A Volkswagen, em sua última proposta, apresentou R\$ 5,2 mil agora e a discussão da segunda parcela no fim do ano. Além desses valores, o sindicato pretendia também conversar sobre o não desconto de dias parados, ou um pacote envolvendo PLR, data base, reajuste na tabela salarial e abono.

De acordo com a entidade, até agora a empresa deixou de fabricar 22.150 veículos Fox, Crossfox e Golf. Além dos 3,1 mil metalúrgicos da Volkswagen, a greve afeta outros cerca de 20 mil trabalhadores de empresas terceirizadas, fornecedores e distribuidores.

Etanol atinge 63,2% do preço da gasolina no 1º semana julho

10/06/2011- O Estado do Paraná

A relação entre o preço médio do etanol e o valor médio da gasolina alcançou a marca de 63,29% na primeira semana de junho, conforme levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O número apurado representou ligeiro aumento, já que, na última semana de maio, a relação havia sido de 61,95%.

De acordo com especialistas, o uso do etanol deixa de ser vantajoso em relação à gasolina quando o preço do derivado da cana-de-açúcar representa mais de 70% do valor da gasolina. A vantagem é calculada considerando que o poder calorífico do motor a etanol é de 70% do poder dos motores a gasolina.

No primeiro quadrimestre de 2011, a relação entre o etanol e a gasolina superou diversas vezes a marca de 70%. Na primeira semana de abril, chegou ao nível de 84,37%, a maior marca da série histórica semanal fornecida pela Fipe à Agência Estado e que teve início em 2006. Desde a segunda semana de maio, quando atingiu a marca de 69,69%, voltou, porém, a níveis inferiores a 70%.

Apesar de mostrar uma aceleração ante a relação etanol/gasolina da última semana de maio, o número de 63,29% não preocupou o coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, Antonio Evaldo Comune. Tudo porque este ligeiro aumento pode ter, segundo ele, ligação com o comportamento do preço da gasolina, que só no início de junho passou a cair, conforme os levantamentos da Fipe por meio do IPC, enquanto o etanol já havia iniciado processo de queda desde a metade de abril.

De acordo com a Fipe, a gasolina apresentou queda de 1,29% na primeira quadrissemana do mês (período de 30 dias terminado em 7 de junho) ante alta de 2,98% na pesquisa final do mês passado. A baixa no preço do etanol passou de 12,04% no encerramento de maio para 17,83% na primeira quadrissemana de junho.

No mesmo período, a alta média da inflação na capital paulista passou de 0,31% para 0,05%, conforme anúncio feito hoje pelo instituto.

Arbitragem traz segurança e eficiência ao ambiente empresarial

10/06/2011- O Estado do Paraná

Nas duas últimas semanas dois importantes casos relacionados com arbitragem empresarial ganharam grande repercussão. No primeiro, a família Odebrecht entrou em litígio com a família Grandin, acerca de disputa de sócios em torno da reorganização do Grupo Odebrecht. Há previsão contratual de solução de demandas através de arbitragem, entretanto o problema foi parar no Poder Judiciário, em razão da Odebrecht não reconhecer a validade de tal cláusula.

No outro, o grupo francês Casino protocolou um pedido de arbitragem contra o Grupo Pão de Açúcar, alegando que o presidente do conselho de administração, Abílio Diniz, teria aberto uma possível negociação com o Carrefour às escondidas.

A boa notícia extraída desses casos é que as empresas estão utilizando frequentemente a cláusula compromissória de arbitragem em seus contratos, elegendo o juízo arbitral como aquele competente para solução de demandas.

Ao optar por uma forma alternativa de solução de conflitos, essas empresas estão caminhando para resoluções mais rápidas e eficazes e, ao mesmo tempo, desafogando o Poder Judiciário que há muito tempo não dá mais conta do volume absurdo de processos em andamento.

Levando em consideração que a morosidade do nosso Judiciário era motivo impeditivo para novos investimentos estrangeiros no Brasil, a arbitragem chegou para atenuar ou até mesmo resolver este problema.

Muitas empresas internacionais desistiram de estabelecer operações em nosso país em razão dos altos custos de se manter um departamento jurídico em funcionamento que desse andamento aos processos que, invariavelmente, duravam décadas. Com a Lei 9.307/96, a possibilidade de se resolver em até 180 dias um conflito mudou o cenário de desconfiança.

Optar pelo juízo arbitral significa que as partes contratantes estão abrindo mão do Judiciário para utilizar apenas e tão somente a justiça privada. O fato de a Odebrecht estar recorrendo ao Judiciário colocando em dúvida a cláusula pactuada, apenas retardará a demanda, prejudicando o andamento dos trabalhos. Caso a cláusula não tenha vício algum e seja totalmente válida, a juíza Maria de Lourdes de Oliveira

Araújo, da 10ª. Vara Cível de Salvador, será obrigada e extinguir o processo sem julgamento de mérito e encaminhá-lo à Câmara Arbitral eleita pelos contratantes.

Já no caso Casino x Pão de Açúcar, certamente a demanda, já encaminhada diretamente para a Câmara de Comércio Internacional (ICC), provavelmente terá seu desfecho muito antes do caso Odebrecht. O ICC é altamente qualificado para solução de litígios internacionais, possui corpo de árbitros do mais alto gabarito, extremamente eficientes e especializados, que, certamente, conduzirão de forma célere e competente o caso em questão.

As empresas só têm a ganhar optando pelo juízo arbitral, ganhando agilidade e eficiência na solução de suas demandas. Cada vez mais, as empresas brasileiras ou que operam no Brasil, amadurecem e entendem como seguro e eficaz a utilização de meios alternativos de solução de conflitos.

Folga em outro dia desobriga empresa de pagar domingo em dobro

10/06/2011- O Estado do Paraná

Por unanimidade, a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a Nova América Agrícola da obrigação de pagar em dobro o serviço prestado aos domingos por ex-empregado da empresa. O relator, ministro João Batista Brito Pereira, esclareceu que, quando é adotado o regime de trabalho de uma folga concedida a cada cinco dias de trabalho, não é devido o pagamento em dobro.

No processo analisado, o trabalhador rural, demitido sem justa causa, pleiteou, entre outras diferenças salariais, o pagamento em dobro dos domingos trabalhados. Alegou que trabalhava nas safras no sistema 5 X 1, sem autorização legal, judicial ou administrativa, pois a adoção do sistema tinha sido feita pela empresa, de forma unilateral.

Na 2ª Vara do Trabalho de Assis, em São Paulo, o pedido foi negado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas) condenou a empresa a pagar em dobro pelos domingos trabalhados. Pela interpretação do TRT, o descanso semanal deve ser "preferencialmente aos domingos" (conforme o artigo 7º, inciso XV, da Constituição Federal) justamente para que o empregado possa recompor as energias e conviver com a família.

Ainda de acordo com o Regional, o sistema de trabalho adotado pelo empregador não era mero regime de compensação de jornada, nos termos dos artigos 59, parágrafo 2º, da CLT e 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, e sim de jornada especial de trabalho, uma vez que não considera como ciclo semanal aquele prestado entre os sete dias da semana, mas entre uma folga e outra.

O TRT também rejeitou o argumento de que há previsão legal (Lei nº 605/49 e Decreto nº 27.048/49) para que o trabalhador rural preste serviços aos domingos e

feriados em caráter permanente, por entender que a autorização é destinada aos empregados de usinas de açúcar e de álcool, não podendo ser estendida aos trabalhadores da zona rural indistintamente.

Já a empresa sustentou, no recurso de revista ao TST, que não era devido o pagamento em dobro do trabalho prestado nos domingos, na medida em que havia a concessão de folga a cada cinco dias de serviço. Apresentou acórdão de outro Tribunal, segundo o qual, nos regimes de revezamento (no caso 5X1), o domingo é dia normal de trabalho, ao contrário do feriado, em que o trabalho é proibido, sob pena de pagamento em dobro das horas trabalhadas.

Ao examinar o recurso, o ministro Brito Pereira explicou que o artigo 67 da CLT assegura a todo empregado pelo menos um descanso semanal de 24 horas consecutivas. Assim, se obrigado a trabalhar no domingo, por razões de conveniência da empresa ou utilidade pública, o empregado deve ter direito a folga compensatória dentro da mesma semana de trabalho.

Como verificou o Regional, houve compensação da prestação de serviço no domingo com folga em outro dia da semana por causa da adoção do regime de uma folga concedida a cada cinco dias de trabalho, logo, concluiu o relator, a empresa não era obrigada a pagar em dobro pelo trabalho prestado nos domingos. O ministro também destacou a Súmula nº 146 do TST, segundo a qual "o trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal". Ou seja, havendo concessão de folga compensatória em outro dia da semana, como na hipótese, a empresa não está obrigada a pagar em dobro pelo serviço aos domingos prestado pelo trabalhador, tendo em vista que é a ausência da folga compensatória que leva à obrigação do pagamento em dobro.

Por consequência desse entendimento, os ministros da Quinta Turma deram provimento ao recurso da empresa para excluir da condenação o pagamento em dobro do trabalho prestado nos domingos.

Processo: **RR-23500-06.2007.5.15.0100**

Volvo vai ampliar área de pintura em Curitiba

10/06/2011- Valor Econômico

O presidente mundial da divisão de caminhões da Volvo, Staffan Jufors, não gosta de remar seu caiaque no verão. Ele prefere o gélido inverno escandinavo, quando não precisa disputar espaço em Askims Fjord, arquipélago na costa oeste da Suécia, ao sul de Gotemburgo. Nos negócios no Brasil, porém, os concorrentes atuam o ano inteiro. É por isso que o executivo pretende definir rapidamente o investimento necessário para elevar a capacidade da pintura de cabines na fábrica de Curitiba (PR). "A decisão será tomada em poucas semanas", diz.

A ampliação vai absorver R\$ 80 milhões. Com trabalho em três turnos na área de cabines, um a mais do que no restante da linha de produção, a filial brasileira da

Volvo registra o que habitualmente aparece na indústria de veículos como o primeiro sintoma de que o ritmo está abaixo da demanda: gargalos na área de pintura.

Com produção média de 107 unidades por dia na fábrica de Curitiba, pelo terceiro ano consecutivo, em 2011, o Brasil representa o mercado onde a companhia mais vende caminhões em todo o mundo. Os Estados Unidos aparecem em segundo lugar e a Suécia, sede da empresa, em nona colocação, abaixo de França, Alemanha, Reino Unido, Rússia, Polônia e Irã.

Os altos volumes - 16,2 mil veículos vendidos no Brasil em 2010 - não são, porém, uma exclusividade dos suecos. A Volvo participa de uma acirrada disputa de marcas em dois segmentos - semipesados e pesados. Ocupou o terceiro lugar no ano passado, segundo a estatística da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), atrás das alemãs MAN e Mercedes-Benz, que liderou o ranking. A Scania, outra sueca que atua na mesma faixa, se concentrou mais nos pesados, e aparece em quarto.

A Volvo não deixa de analisar oportunidades para entrar na disputa do segmento de caminhões leves no Brasil

As características do transporte rodoviário no Brasil fazem com que os semipesados e pesados se destaquem. Em 2010, essas duas categorias representaram 64% das vendas de caminhões no país, que, por sua vez, cresceram 43,5% na comparação com 2009, num total de 157,7 mil unidades comercializadas.

Jufors prevê uma acomodação dos volumes a partir do próximo ano, quando entrará em vigor a nova legislação de emissões, o chamado Euro 5. O custo da nova tecnologia elevará os preços dos veículos. Mesmo assim, o executivo não esconde a satisfação com a operação brasileira. O novo investimento que está prestes a ser liberado se somará a R\$ 75 milhões anunciados em fevereiro: R\$ 25 milhões para a produção de caixas de câmbio eletrônicas e R\$ 50 milhões para construir um centro de logística de peças de reposição.

Não apenas as quatro maiores fabricantes estão de olho no crescente mercado brasileiro. Ford e Iveco estão no mesmo páreo há muito tempo. No ano passado, a chinesa Sinotruk iniciou operações de importação também em Curitiba e, recentemente, representantes da americana Paccar confirmaram que a empresa estuda a construção de uma fábrica no país.

O executivo que comanda as vendas mundiais dos caminhões Volvo se esquivava de falar sobre os concorrentes. "Não sou a melhor pessoa para falar sobre isso; pergunte a eles", diz Jufors. Ele confirma, porém, que a Volvo também não deixa de analisar oportunidades para disputar os segmentos de caminhões leves no Brasil. Nesse caso, existe a possibilidade de uma ação em conjunto com algum fabricante já parceiro da montadora sueca em outras localidades.

Jufors não comenta o aumento do custo trabalhista, puxado agora pela participação nos resultados (PLR)

A entrevista com o presidente da Volvo Caminhões segue rumo contrário do que acontece habitualmente com a maior parte dos executivos, que aproveita a ocasião para alardear contra os aumentos de custos no Brasil.

Ele nem quer comentar, por exemplo, o aumento do custo trabalhista, puxado agora pela participação nos resultados (PLR) - foi acertado um valor mínimo de R\$ 15 mil na

Volvo do Brasil. Segundo argumenta o executivo, não cabe a uma companhia global comentar a questão de custos de um país. "Esse é um problema do país", afirma.

Jufors segue o estilo sério que caracteriza os suecos, mas fala num tom muito mais reservado que a maioria deles. Seu escritório fica em Hising, uma espécie de ilha circundada por braços que misturam águas de rios e do Mar do Norte. É um ponto ligeiramente afastado de Tuve, onde fica a fábrica dos caminhões da companhia, a maior empresa industrial em Gotemburgo e a maior de toda a Suécia.

É dali que o executivo comanda a atividade industrial da montadora em 29 países e as vendas num total de 180. A divisão de caminhões representa 63% dos negócios do grupo, que faturou € 29 bilhões em 2010. Os resultados da montadora mostram que começou uma recuperação em mercados que passaram mais de dois anos estagnados. As vendas de caminhões da empresa na Europa, por exemplo cresceram 107% no primeiro trimestre. Segundo ele, trata-se de um reflexo de demanda reprimida durante a crise.

O executivo sorri com extrema discrição quando fala sobre a prosperidade dos negócios e assume um tom ainda mais inibido quando se trata de falar da vida pessoal. A experiência de desejar que a camada de gelo, que se forma sobre a água no inverno, seja fina o suficiente para quebrá-la com o próprio caiaque ele contou no editorial de uma revista interna, dirigida aos funcionários. E só confirmou, com discrição, claro, durante a entrevista ao **Valor**.

Cresce apelo de títulos prefixados

10/06/2011- Valor Econômico

A preocupação com a inflação, que vinha pautando os negócios de renda fixa este ano, perdeu força nas últimas semanas e mudou o tipo do apetite do investidor por títulos públicos. Em vez das NTN-Bs, papéis atrelados ao IPCA, considerados uma forma de proteção em tempos de preços em alta, o foco do mercado agora são os papéis prefixados, como LTNs e NTN-Fs, que ganham atratividade quando o mercado acredita que a inflação controlada abrirá espaço para a queda da taxa Selic no futuro.

Como consequência, a inflação que os títulos públicos projetam começou a cair com força. Na terça-feira passada, a NTN-B com vencimento em 2012, por exemplo, tinha uma taxa de inflação implícita (diferença entre a rentabilidade do papel indexado ao IPCA e a taxa prefixada de prazo equivalente) de 5,09%. Um mês atrás, essa taxa era de 5,86% e, em 6 de abril, no auge da preocupação com a disposição do BC em subir os juros para fazer frente à piora da inflação corrente e esperada, chegou a 6,25%.

O que está por trás desse movimento, segundo especialistas, é uma mudança no cenário traçado pelo mercado para o rumo da inflação, provocada por um conjunto de fatores: a percepção de que o BC será mais firme no processo de aperto monetário; o alívio, em meados de maio, dos preços das commodities; e os sinais de desaceleração da economia local e de fraqueza persistente da atividade no exterior. "A indicação deixada pelo Copom, de que haverá pelo menos mais um aumento da taxa Selic na próxima reunião, reforça a leitura de que a hora é de apostar na desaceleração da inflação", afirma o sócio tesoureiro do Banco Modal, Luiz Eduardo Portella.

De fato, o leilão de títulos prefixados, realizado ontem pelo Tesouro Nacional, mostrou uma grande demanda pelos papéis. Foi vendido um total de 8,250 milhões de LTNs, distribuídos entre três vencimentos. O grande apetite se traduziu em taxas mais baixas pagas pelo Tesouro. O papel com vencimento em 2013, o maior lote da oferta de ontem, saiu com taxa média de 12,62%, ante 12,55% no leilão da semana anterior. A expectativa dos especialistas é que, nos próximos leilões, o Tesouro continue "agressivo" na colocação desses títulos, aproveitando o bom momento do mercado para antecipar a rolagem do vencimento de cerca de R\$ 100 bilhões, do dia 1º de julho (R\$ 84 bilhões em LTNs e cerca de R\$ 15 bilhões em cupom de NTN-Fs).

O desenho do cenário para a inflação começou a mudar em maio, quando os preços das commodities tiveram uma queda abrupta. Até então, havia uma grande preocupação com a possibilidade de a alta das matérias-primas no exterior contagiar outros preços e alimentar um processo inflacionário de longo prazo. Ao mesmo tempo, o álcool combustível, fonte de pressão sobre os preços nos primeiros meses do ano, recuou, garantindo queda também no preço da gasolina. Esse ajuste deu força ao alívio da inflação, já esperado para o segundo trimestre. E foi um dos principais motivos para o recuo da inflação medida pelo IPCA para 0,47% em maio, ante 0,77% em abril.

Os sinais de fraqueza da atividade econômica, aqui e no exterior, ajudam a compor o cenário favorável. Foi emblemático o resultado da produção industrial de abril, divulgado pelo IBGE no dia 31 de maio. Houve queda de 2,1% em abril ante março, enquanto as expectativas eram de uma taxa próxima à estabilidade. Embora seja um dado defasado, a surpresa que ele causou levou muitos economistas a rever suas projeções para o desempenho da atividade no ano. E, com isso, o mercado passou a considerar que a demanda pode se retrair com mais força, reduzindo a pressão sobre os preços.

Por fim, um elemento fundamental para a correção de rota das projeções de inflação, principalmente para o longo prazo, foi a mudança, em abril, do discurso do BC em relação à política monetária. A estratégia adotada até então, de dar um peso maior às chamadas medidas macroprudenciais no combate à inflação, havia sido lida pelo mercado como uma postura mais "frouxa" por parte do BC. E contribuiu para a piora das expectativas de inflação. Mas, quando o BC afirmou, em abril, que o ajuste monetário no país se daria por um "período suficientemente prolongado", o mercado entendeu que o aperto monetário poderia durar mais tempo do que o previsto, ainda que com doses menores, de 0,25 ponto percentual - mensagem confirmada na reunião dessa semana. A aposta é que, se o BC for rigoroso no combate à inflação agora, colherá índices mais baixos lá na frente, o que abrirá espaço para queda futura da taxa Selic.

Negativa de plano gera dano moral

10/06/2011- Valor Econômico

As disputas com consumidores estão pesando no bolso das operadoras de planos de saúde. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem, com mais frequência, condenando as empresas a pagar danos morais, além de exigir a cobertura de internações e cirurgias e o fornecimento de próteses e medicamentos. Recentemente, a 3ª Turma reconheceu o "abalo moral" sofrido por uma paciente gaúcha, diagnosticada com câncer, e determinou à Bradesco Saúde o pagamento de indenização no valor de R\$ 15 mil.

Com o crescente número de decisões favoráveis aos consumidores no STJ, a segunda instância, até então resistente, começou a editar súmulas prevendo o pagamento de danos morais. Em maio, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) aprovou texto estabelecendo indenização em casos de "indevida recusa de internação ou serviços hospitalares, inclusive home care". No Estado, tramitam hoje quase 12 mil ações envolvendo planos de saúde. A Corte estadual pernambucana também já publicou uma orientação nesse sentido.

No Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) também já há precedente favorável aos consumidores. No início do mês, a 5ª Câmara de Direito Privado negou provimento a um recurso apresentado pela Unimed Paulistana contra decisão que a condenou a pagar R\$ 5 mil, a título de danos morais, a uma consumidora. A sentença obrigou ainda a empresa a custear uma cirurgia e todo o material necessário. "Qualquer pessoa que necessita de tratamento médico e hospitalar já está com seu equilíbrio emocional abalado, situação que se agrava com uma negativa da operadora de plano de saúde", diz o advogado Julius Cesar Conforti, do escritório Araújo e Conforti Advogados Associados, que defende a consumidora.

A Unimed Paulistana informou, por meio de nota, que vai recorrer da decisão ao STJ. A operadora alega que "não negou o procedimento", que incluía cirurgia e o fornecimento de uma prótese importada, e que foi surpreendida pela ação judicial enquanto analisava o caso. A empresa lembra, no entanto, que "as próteses importadas são perfeitamente passíveis de exclusão de cobertura, conforme disposição expressa da Lei nº 9.656, de 1998, e das diretrizes da própria Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que fiscaliza e regulamenta os planos de saúde no Brasil".

No STJ, os ministros têm frequentemente acatado a tese dos consumidores. No caso julgado pela 3ª Turma, a ministra Nancy Andrighi, relatora de um recurso apresentado pela paciente gaúcha, entendeu que "maior tormento que a dor da doença é o martírio de ser privado de sua cura". Já internada e prestes a ser operada, ela foi surpreendida pela notícia de que a prótese a ser utilizada na cirurgia não seria custeada pelo plano de saúde. Teve, então, que emitir cheque "desprovido de fundos" para garantir o procedimento.

"O diagnóstico positivo do câncer certamente trouxe forte comoção à recorrente. Porém, talvez pior do que isso, tenha sido ser confortada pela notícia quanto à existência de um tratamento para, em seguida, ser tomada de surpresa por uma ressalva do próprio plano de saúde - que naquele momento deveria transmitir segurança e tranquilidade", disse a ministra, acrescentando que a negativa de cobertura se demonstrou "injustificada, ilegal e abusiva". Em nota, a Bradesco Saúde informou que "não comenta casos levados à apreciação do Poder Judiciário".

A 4ª Turma do STJ também tem seguido entendimento semelhante. Recentemente, manteve decisão que condenou a Golden Cross a pagar R\$ 4 mil de danos morais a um consumidor do Rio de Janeiro. Os ministros entenderam que "a recusa indevida à cobertura pleiteada pelo segurado é causa de danos morais, pois agrava a sua situação de aflição psicológica e de angústia do espírito." Para o advogado da Golden Cross, Flávio Zveiter, essas decisões prejudicam muito os planos, "condenados a indenizar por negativas legítimas".

UAW negociará maior participação em resultados

10/06/2011- Newsletter Automotive

O UAW, sindicato dos trabalhadores na indústria automobilística nos Estados Unidos, sinaliza a disposição de negociar maior participação nos lucros das empresas em lugar de reajustes fixos nos salários. O presidente da entidade, Bob King, disse ao The Wall Street Journal que o tema estará em debate nas negociações com a GM, Ford e Chrysler que terão início no final de julho.

Os acordos trabalhistas do UAW com os fabricantes de Detroit terminam em 14 de setembro. King deseja que os trabalhadores sejam compensados pelas concessões de US\$ 7 mil a US\$ 30 mil, desde 2005, para ajudar as empresas a sobreviver. Ele disse que nesse período o sindicato abriu mão de aumentos e bônus e permitiu dois sistemas de remuneração, com novos funcionários recebendo US\$ 14 por hora, metade do valor pago aos contratados de longo prazo.

Como parte da reorganização da GM e Chrysler, o UAW concordou em não fazer greves até 2015.

O UAW está de olho nos bons resultados das três montadoras, que tiveram resultados positivos no primeiro trimestre do ano. Em 2010 a GM registrou lucro de US\$ 6,17 bilhões e a Ford de US\$ 6,56 bilhões. A Chrysler teve perda de US\$ 652 milhões no ano passado, mas projeta ganho de até US\$ 500 milhões para 2011.

No Brasil os sindicatos também buscam elevar a participação dos trabalhadores nos lucros das montadoras. Houve movimentos nesse sentido, com greves, no estado de São Paulo e no Paraná, onde as negociações com a Volkswagen se estendem por longo período.

Fiat 500 mexicano terá motor brasileiro

10/06/2011- Newsletter Automotive

O 500 fabricado na planta da Chrysler em Toluca, México, que a Fiat começa a vender no Brasil a partir de setembro próximo, terá uma de suas versões equipada com motor brasileiro. Será o 1.4 8V Fire EVO produzido pela Fiat Powertrain em Betim (MG), que seguirá para a fábrica mexicana e voltará embarcado no 500.

O minicarro será vendido aqui com duas opções de motorização. Além do 1.4 Fire EVO brasileiro flex (o mesmo utilizado no Novo Uno), de 85 cv com gasolina ou 88 cv com etanol, a Fiat também vai oferecer uma outra versão 1.4 em torno de 100 cv, com tecnologia Multiair – sistema que gerencia a quantidade de ar admitida em cada cilindro de acordo com cada regime de funcionamento, com ganhos de cerca de 15% no torque e 10% na potência, além de redução de 10% no consumo e emissões de CO2.

O 1.4 Multiair é produzido em fábrica da Chrysler perto de Detroit, nos Estados Unidos, mas também tem partes brasileiras, como o bloco de ferro fundido.

As duas opções de motorização são as principais diferenças técnicas em relação ao Fiat 500 vendido desde 2009 no Brasil, importado da Polônia. Ainda restam algumas poucas unidades do modelo europeu à venda, que logo deverão ser retiradas do mercado para dar lugar ao 500 mexicano, que será bem mais barato, pois graças ao acordo de livre comércio que o Brasil mantém com o México, os veículos importados do país são isentos de imposto de importação. Especula-se que o preço pode girar em torno de R\$ 45 mil, ou cerca de R\$ 15 mil a menos que a versão de entrada do modelo hoje, de quase R\$ 60 mil.

MEI - MEI chega a junho com adesão de cerca de 1,2 milhão de profissionais

10/06/2011- Notas COAD

O programa do Empreendedor Individual, criado em 2009 para estimular a formalização desses profissionais, registrou, até o dia 31 de maio, a adesão de 1,185 mil novos contribuintes. A meta do Comitê Gestor do programa é completar, até outubro, 1,5 milhão adesões, de acordo com o secretário executivo do comitê, Silas Santiago. Até o último dia 5, 1.196.998 pessoas haviam formalizado sua atividade.

O empreendedor individual teve reduzida de 11% para 5%, do valor do salário mínimo, a contribuição mensal que recolhe à Previdência Social, a partir de maio, de acordo com medida provisória assinada pela presidenta Dilma Rousseff. Agora, o empreendedor individual paga R\$ 27,25 por mês, que poderá chegar a R\$ 33,25, se for um prestador de serviços ou trabalhador na área do comércio ou da indústria.

Trabalhadores autônomos como o feirante, o camelô, o borracheiro, o mecânico, o pipoqueiro e a cabeleireira são empreendedores individuais que, ao se formalizarem, recebem a aposentadoria depois de certo tempo de contribuição.

De acordo com números do Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), dez unidades da Federação se destacaram na adesão de novos empreendedores individuais até agora: Distrito Federal, Mato Grosso, Roraima, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Acre, Goiás e Santa Catarina.

A área de comércio varejista concentra 32,89% dos empreendedores individuais; seguida pelo setor de alimentação, com 11,69%; serviços em geral, com 10,7%; construção civil, com 7,18%; e serviços técnicos em veículos, com 5,52% de adesões.

De 27 de junho a 2 de julho, o Sebrae vai promover uma campanha de divulgação, com montagem de estandes em todas as capitais, para atrair novos empreendedores ao programa. De acordo com o presidente do Sebrae, Luiz Eduardo Barretto Filho, a expectativa é atrair 40 mil novos empreendedores com a campanha.

O secretário executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, disse hoje que "é preciso manter a assistência continuada a esses trabalhadores, inclusive na oferta do crédito", para que eles se mantenham ativos no seu trabalho e formalizados.

No dia 1º de julho, o programa do Empreendedor Individual completa dois anos de existência.

Agência Brasil

ICMS - PR - Termo de Encerramento de Auditoria ou Verificação Fiscal serão lavrados eletronicamente

10/06/2011- Notas COAD

A partir de hoje, dia 10-6-2011, a lavratura do Termo de Encerramento de Auditoria ou de Verificação Fiscal, por Auditores Fiscais da Receita Estadual, será realizada de forma eletrônica em aplicativo próprio da SEFA/CRE. Desta forma, após a aprovação do relatório final dos trabalhos executados, o Auditor Fiscal deverá imprimir o Termo de Encerramento de Auditoria Fiscal – TEAF (quando o trabalho for executado por meio do Comando de Auditoria Fiscal – CAF), ou o Termo de Encerramento de Verificação Fiscal – TEVF (quando o trabalho for executado por meio de uma Ordem de Serviço de Fiscalização – OSF), e entregá-lo ao contribuinte para que seja fixado no livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrência – RUDFTO.

Ressalte-se que, a partir da data acima, somente terão validade os termos fiscais de auditoria ou de verificação fiscal, quando emitidos eletronicamente e constantes na base de dados da SEFA/CRE.

A validade e a integralidade dos termos poderão ser verificadas pelo contribuinte ou pelo seu contador, por meio de consulta via internet, no sítio da Receita Estadual (fazenda.pr.gov.br), clicando no ícone constante da página inicial intitulado “Ação Fiscal”, utilizando o código de acesso constante em todo termo fiscal emitido pela SEFA/CRE.

Fonte: SEFA

Cartão de Crédito - Clientes antigos podem negociar para obter benefícios das novas regras

10/06/2011- Notas COAD

Diretora do Ministério da Justiça alerta que consumidor tem o direito de buscar condições mais favoráveis ou migrar para cartões de outros bancos ou bandeiras, enquanto novas regras do Conselho Monetário Nacional não valerem para todos os contratos.

O consumidor que já tinha um cartão de crédito antes de 1º de junho, quando entrou em vigor a norma do Conselho Monetário Nacional que, entre outros itens, limita as tarifas a serem cobradas pelas administradoras de cartão, tem o direito de negociar vantagens com bancos ou migrar para outra instituição mais vantajosa. A informação é da diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva, que participou nesta quarta-feira de audiência sobre o tema na Comissão de Defesa do Consumidor.

“No caso dos contratos que já estavam em vigor, as regras novas só valerão a partir do ano que vem. Por isso, é importante que o consumidor negocie vantagens com o banco ou utilize a portabilidade de crédito [que permite a transferência da dívida para outro banco mais vantajoso, sem prejuízo ao consumidor] para se enquadrar nas regras mais justas hoje, não daqui a um ano”, afirmou Juliana.

O fato de a norma só ser aplicada à maioria dos consumidores em 2012 também foi criticado pela procuradora regional da República Valquíria Quixadá Nunes. “Receio que empresas se aproveitem para compensar a queda nas tarifas dos novos contratos cobrando mais dos que não estão sujeitos à regra”, disse.

Novas regras

Em 1º de junho entrou em vigor, para os novos cartões, uma resolução que limita em cinco o número de tarifas que podem ser cobradas pelos cartões. Fica proibida, por exemplo, a cobrança de taxa por compra no exterior. Além disso, a resolução permite que o consumidor peça um cartão básico, sem programas de fidelidade ou acúmulo de milhas, e pague menos anuidade do que o cliente com cartão diferenciado, com benefícios.

As normas também padronizam as informações da fatura, para deixar claro os encargos cobrados, e amplia de 10% para 15% o valor mínimo cobrado, com o objetivo de evitar o endividamento. Esse índice vai chegar a 20% em dezembro.

Varejo

O Banco Central, no entanto, explicou que os cartões de lojas varejistas, segmento em expansão, não estarão sujeitos às regras, porque não são regulados pelo BC. “A fiscalização alcança apenas os cartões de crédito oferecidos pelas instituições financeiras, ou seja, pelos bancos. Essa foi a limitação entendida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no poder de atuação do Banco Central”, esclareceu o chefe do Departamento de Prevenção a Ilícitos do BC, Ricardo Liao, dizendo que o órgão tem poder de vigilância sobre 90% do mercado atual.

A restrição foi criticada por Valquíria Nunes. “Para mim, as regras devem ser ampliadas para todos os cartões. Consórcio não é instituição financeira e nem por isso o BC deixa de fiscalizar”, disse a procuradora.

O avanço dos cartões de loja “acendeu uma luz laranja” no Ministério da Justiça, destacou Juliana da Silva. Segundo ela, cerca de 20% das reclamações dizem respeito a esse tipo de cartão, e o órgão vai estudar melhor esse segmento para garantir que o direito do consumidor seja respeitado.

Participação

Conforme estudo do Ministério da Justiça, que agrega informações de Procons de todo o País, o serviço de cartão de crédito foi campeão de queixas em 2010. A insatisfação também foi declarada pelos internautas, que puderam mandar perguntas aos debatedores, e majoritariamente reclamaram da cobrança de juros excessivos.

O presidente da comissão, deputado Roberto Santiago (PV-SP), agradeceu a

participação popular e encaminhou as indagações a todos os convidados. "Agradeço os nossos internautas, que mandaram muitas perguntas de Recife, de Fortaleza, de Passo Fundo e garanto que elas serão enviadas a todos os palestrantes para que eles respondam", ressaltou o parlamentar.

Agência Câmara

Outros Assuntos Federais - Disciplinada a formação e consulta de informações de adimplemento

10/06/2011- Notas COAD

Publicada no Diário Oficial de hoje, 10/6, a Lei 12.414 que disciplinará a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

Os bancos de dados instituídos ou mantidos por pessoas jurídicas de direito público interno serão regidos por legislação específica.

Termina a greve mais longa da história da Volks

10/06/2011- Gazeta do Povo

A greve dos trabalhadores da fábrica da **Volkswagen** de **São José dos Pinhais** chegou ao fim nesta sexta-feira (10), depois de 37 dias de paralisação. A montadora e o **Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC)** chegaram a um acordo nesta sexta e os trabalhadores aceitaram a proposta em assembleia realizada na fábrica no início da tarde. A greve, que começou no dia 6 de maio, foi a mais longa da história entre as montadoras do estado e a maior da montadora em todo o mundo.

O acordo feito entre as partes foi o "pacotão", reivindicado pelo sindicato. Além da **Participação nos Lucros e Resultados (PLR)**, causa desta paralisação, estão contemplados no pacote o reajuste da tabela salarial e da data-base. Em relação a PLR, a proposta define os valores deste ano e a primeira parcela do benefício em 2012.

Acordo

Os trabalhadores da Volks, que reivindicavam uma **PLR** de R\$ 12 mil, irão receber, no total, **R\$ 11,5 mil**. A primeira parcela será de R\$ 5,2 mil, mesmo valor pago aos metalúrgicos da empresa do Grande ABC, e será depositada na próxima semana. A segunda parcela é de R\$ 6,3 mil e será paga em janeiro. Caso as fábricas de São Paulo conquistem um benefício maior, a diferença será equalizada pela direção da empresa paranaense. A primeira parcela da **PLR de 2012** ficou definida em 52% do total pago neste ano. Neste caso, o valor mínimo recebido será de R\$ 5.980, caso não haja aumento no benefício.

A **data-base**, normalmente discutida em setembro, está definida e os trabalhadores vão receber a **reposição da inflação**, com base no INPC, mais **aumento real de 2,5%**. Os metalúrgicos também vão receber dois abonos salariais de R\$ 2,1 mil, a serem pagos em setembro e dezembro deste ano. O **reajuste da tabela salarial**

também foi definido: será de 5% para o primeiro nível e de 2,5% para os outros cinco níveis. O reajuste será feito em janeiro de 2012 e de 2013.

Em relação aos **dias parados**, os trabalhadores terão seis dias de trabalho adicional neste ano e outros 10 dias adicionais em 2012. Os dias úteis parados serão descontados a cada mês, sendo o desconto máximo de dois dias por mês.

"O acordo é resultado do entendimento entre as partes e, como o pacote é abrangente, eles têm um tempo pra refletir e entender que o diálogo é a melhor forma para evitar conflitos extensos e desgastantes como esse", diz o diretor de relações trabalhistas da Volks, **Nilton Junior**.